

CENAS DE EXCLUSÃO, VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO LGBTQI+ EM CONTEXTO ESCOLAR

ESCENAS DE EXCLUSIÓN, VIOLENCIA Y DISCRIMINACIÓN LGBTQI+ EN EL CONTEXTO ESCOLAR

SCENES OF EXCLUSION, VIOLENCE AND DISCRIMINATION LGBTQI+ IN SCHOOL CONTEXT

Adinete Sousa da Costa Mezzalira*
adinetecosta@hotmail.com

Iolete Ribeiro da Silva*
ioleteribeiro@ufam.edu.br

Mylane Lima de Brito Araújo**
mylane_lima@hotmail.com

Marceley Ingrid Dantas Almeida***
marceleydantas.psi@gmail.com

Eduardo Barbosa de Menezes Guimarães*
ebmg7@outlook.com

*Universidade Federal do Amazonas, Manaus/Am, Brasil

**Faculdade Martha Falcão, Manaus/Am, Brasil

***Universidade Nilton Lins, Manaus/Am, Brasil

Resumo

Os discursos sobre diversidade sexual e gênero apresentam-se nos mais diversos espaços da sociedade e, geralmente, são carregados de tabus, crenças, contradições e violências. Por isso, realizamos uma investigação em duas escolas públicas de ensino fundamental, para problematizar a temática “gênero e diversidade sexual” com as/os professoras/es a partir da identificação de situações de discriminação no cotidiano escolar. Os resultados apontaram, em geral, que a escola contribui para o processo de perpetuação do padrão heteronormativo e a formação continuada docente é uma possibilidade de enfrentamento das contradições no respeito à diversidade sexual e de gênero.

PALAVRAS CHAVE: Escola. Formação de Professores. Diversidade de Gênero. Diversidade Sexual.

Resumen

Los discursos sobre diversidad sexual y de género se presentan en los más variados espacios de la sociedad, en su mayoría, están cargados de tabúes, creencias, contradicciones y violencia. En este sentido, realizamos una investigación en dos escuelas públicas, problematizar el tema “género y diversidad sexual” con los docentes a partir de la identificación en la vida escolar cotidiana. Los resultados apuntaron que la escuela contribuye para el proceso de perpetuación del patrón heteronormativo y la formación continuada docente es una posibilidad concreta en el enfrentamiento de las contradicciones en el respeto a la diversidad sexual y de género.

PALABRAS CLAVE: Escuela. Formación de profesores. Diversidad de género. Diversidad Sexual.

Abstract

Discourses on sexual and gender diversity are present in the most diverse spaces of society, and are often loaded with taboos, beliefs, contradictions and violence. Because of these issues, we conducted a survey in two public schools, to problematize the theme “gender and sexual diversity” with teachers based on identification of situations discrimination in everyday school life. And the results showed that the school contributes to the process of exclusion and perpetuation of the heteronormative pattern and

continuing teacher education is a concrete possibility to confront contradictions in respect of sexual and gender diversity

KEYWORDS: School, Teacher Training. Gender Differences. Sexual Diversity.

1. Introdução

A sexualidade é um tema que tem permeado a história da Humanidade tanto por meio de metáforas religiosas quanto por visões baseadas no determinismo biológico. A forma como essa temática circula na sociedade está interligada a fatores históricos e sociais característicos de cada época e cultura, por isso, sua significação tem sido diversificada ao longo da História, a partir de percepções que abarcam o pecado, a doença, a escolha e, por fim, a condição de gênero. Apesar dos avanços nos estudos sobre a sexualidade, ainda é presente a centralidade na relação binária entre homem e mulher, e as pessoas que não se encontram dentro dessa normativa sexual sofrem preconceitos, violências e negação de direitos nos diversos espaços públicos da nossa sociedade.

Para entendermos essa postura intolerante face as pessoas que não se enquadram nas normativas sociais, é necessário compreender a heteronormatividade. O termo heteronormatividade foi cunhado pelo sociólogo Michael Warner (1993) que o definiu como a ordem social do presente tem como fundamento priorizar a heterossexualidade por meio de um dispositivo que a naturaliza e, ao mesmo tempo, torna-a compulsória. Após essa definição, diversos estudiosos e estudiosas iniciaram o processo de problematização sobre a ideologia heteronormativa ao discutirem em suas pesquisas acerca da diversidade sexual e de gênero, dentre eles e elas podemos citar as contribuições de Louro (1997; 2009), Junqueira (2009; 2013), Miskolci (2009; 2015), Meyer e Petry (2011) e Picchetti e Seffner (2017).

De acordo com Louro (1997; 2009), a heteronormatividade deve ser compreendida com base na tríade sexo-gênero-sexualidade. Segundo a pesquisadora, de forma geral, sexo refere-se às particularidades biológicas dos sujeitos; gênero é o entendimento sobre as diferenças entre homem e mulher a partir da construção social e histórica; e sexualidade relaciona-se às representações e vivências baseadas nas premissas de sexo. Esses conceitos e teorias, com base biológica, social e psicológica, foram construídos e alicerçados conforme os momentos históricos e culturais de cada época.

Os ideais heteronormativos foram conceituados por Meyer e Petry (2011), como convicções que visam “regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade” de acordo com “o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologista e determinista (...), ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho” (p.195). Miskolci (2015) acrescenta que a heteronormatividade é mantida a partir de duas estratégias baseadas na lógica determinista: o “heterossexismo”, que seria o pressuposto de uma heterossexualidade inata ao sujeito e determinada pela sua constituição biológica e a “heteronormatividade compulsória”, segundo a qual, a sociedade impõe um único modelo — o heterossexual — aos diferentes sujeitos, sendo esse modelo social constantemente reiterado através de inúmeros artefatos culturais.

A concepção heteronormativa desconsidera as diversas formas de expressões de gênero e sexualidades e, portanto, exclui o viés social na compreensão da sexualidade. Para Junqueira (2009), a dimensão heteronormativa tem como base o ideal “centrado no adulto, masculino, heterossexual, burguês, física e mentalmente ‘normal’” (p.14), e isso tem contribuído para a perpetuação da lógica excludente. Há o interesse em manter esses ideais normativos para preservar as relações de poder, as forças políticas e o modelo de exploração do capital humano, historicamente construídos. Por isso, a compreensão dessa temática é complexa, pois abrange características multidimensionais.

Nesse cenário, a escola vive tempos de avanços, retrocessos e contradições advindas das relações sociais e das políticas públicas educacionais com relação a inserção da temática diversidade sexual e de gênero. Segundo Bassalo e Weller (2020) os esforços direcionados ao reconhecimento e respeito à diferença nos espaços educacionais, nas últimas décadas, têm sido fortemente interrompidos desde ações como supressão dos termos gênero e orientação sexual no Plano Nacional de Educação (PNE) até o impedimento da distribuição do Projeto Escola sem Homofobia. Essas intervenções de cunho binário e

sexista, têm mantido a heteronormatividade nas escolas produzindo desigualdade, segregação e classificação do seu alunado, e por isso, segundo Junqueira (2009), a escola tem se configurado como “um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT’s” (p.15).

Esses retrocessos e impedimentos nas políticas públicas educacionais têm impactado diretamente na formação e prática dos profissionais da Educação. Assuntos e temas como sexualidade, gênero, diversidade, equidade, entre outros, são muito presentes no cotidiano escolar, e o/a professor/a por não ter uma formação de base científica para atuar diante dessas demandas, acabam por aderir a uma postura preconceituosa e discriminatória, porque seus posicionamentos serão baseados pela norma instituída – senso comum – ou religiosa (BASSALO; WELLER, 2020).

Por isso, o engajamento dos e das profissionais da educação que estão imersas/os nos desafios diários da escola pública por meio do protagonismo coletivo e da compreensão da diversidade de perspectivas culturais e de desenvolvimento humano, deve ocorrer crítica e continuamente por meio de diálogo, mediação de conflitos, avaliação da laicidade do Estado e das políticas educacionais. Dessa maneira, os avanços rumo à igualdade de direitos serão “experenciados”, principalmente, porque a maioria das/os professoras/es não tiveram nenhum tipo de formação para trabalhar o assunto em sala de aula (NEVES; SILVA, 2017).

Destacamos, também, que no bojo dos/as profissionais da educação, encontram-se as/os psicólogas/os escolares que precisam contemplar em suas ações o fortalecimento de políticas públicas educacionais inclusivas que contemplam a população LGBTQI+. Partindo do princípio básico que incluir significa que todos e todas tem direito a uma educação pública, gratuita, socialmente referenciada e de qualidade. Portanto, assim como as/os professoras/es, os profissionais de psicologia precisam se apropriar cientificamente sobre a temática gênero, sexualidade e diversidade para adensar a luta pela inserção e permanência da população LGBTQI+ nos espaços escolares.

Sabemos que abordar a temática diversidade sexual com todas as suas especificidades é um grande desafio, mas podemos construir espaços coletivos de discussão, reflexão, cooperação de saberes e práticas em prol do respeito, da dignidade e da liberdade dos sujeitos que não se incluem nos padrões da heteronormatividade. Diante desse quadro, o presente trabalho teve como objetivo problematizar a temática “gênero e diversidade sexual” com as/os professores/as a partir da identificação de situações de discriminação e/ou exclusão no cotidiano escolar.

2. Metodologia

Esta investigação é produto de uma atividade desenvolvida na escola por uma equipe de psicologia que buscava dialogar com as/os educadoras/es sobre diversidade sexual e de gênero. Esta ação é parte de uma pesquisa denominada “Os desafios da formação de professores na Amazônia para a promoção do direito à educação de pessoas LGBT’s”.¹

A investigação se baseou na proposta da dialogicidade de Freire (1987). Os pesquisadores Soares e Veríssimos (2010) e Paula (2017), alicerçados na concepção freireana, explicam que o diálogo é baseado na alteridade que tem como pressuposto fundamental o reconhecimento das diferenças dos sujeitos, constituídas inter e intrasubjetivamente na relação com o outro, sua história e sua cultura. Dessa forma, a proposta freireana busca a eliminação de qualquer tipo de preconceito por meio do diálogo autêntico, o qual propõe o debate democrático acerca de diferentes temas e do reconhecimento de que, a partir da dialogicidade, as pessoas têm condições de transformarem a si mesmos (a conscientização de seu lugar na história) e a seu contexto (a *práxis* transformadora da realidade opressora na qual está inserida).

Assim, a equipe composta por psicólogos e estudantes de psicologia se propôs, então, a construir a prática dialógica com as/os educadoras/es para escutar e acolher as suas vivências e situações de

¹ Esse projeto visa identificar os desafios da formação inicial e continuada de professores no Amazonas para a promoção de acesso e permanência na escola da população LGBT. Essa pesquisa foi financiada pelo Edital Universal 2016 do CNPq coordenador pela pesquisadora XXXXX.

preconceito contra pessoas LGBTQI+² em duas escolas públicas do Ensino Fundamental I e II na cidade de Manaus (AM).

Esses encontros foram registrados em diários de campo, totalizando 25 diários de campo. Para sistematizar os relatos registrados nesse documento, primeiramente foi elaborada um quadro que continha a legenda dos diários de campo, registrando número, data e sigla. Em seguida foi realizada uma leitura criteriosa dos diários de campo para selecionar os trechos que continham situações de exclusão e intolerância acerca da diversidade sexual e de gênero nas escolas, em especial, em relação à homossexualidade. Vale destacar, que cada trecho selecionado nos diários de campo vem acompanhado de uma sigla.

3. Discussão dos Resultados

Com base nas descrições de algumas cenas trazidas pelas/os professoras/os, a presença do preconceito sobre as pessoas homossexuais foi encontrada no contexto escolar. Na identificação de suas falas presenciamos tanto o incomodo em dialogar sobre o tema “pra mim, não é tranquilo não. Eu tenho preconceito”, quanto o suposto equívoco de desenvolver esse projeto na escola “Acho que estão querendo fazer o projeto na escola errada”.

O preconceito ao instalar-se entre as/os professores/as, provoca posturas e ações que afastam a proximidade e a afetividade com quem pensa e age diferente do padrão de relacionamento aceito pela sociedade. O processo de marginalização do “outro diferente” tem servido unicamente para legitimar a exclusão dos sujeitos que não se enquadram nos ideais heteronormativos. A imposição de como devemos nos relacionar provoca situações de humilhação para quem a vivencia de forma diferente, como pode ser observado no relato a seguir:

Eu fui convidada por outra professora para observar o comportamento carinhoso de dois meninos que estavam juntos no parque. Ao conversar com os alunos sobre esse comportamento, eles afirmaram que eram primos e quase começaram a chorar dizendo-me que não estavam fazendo nada de errado (Diário de Campo N°23).

Para Ferrari e Castro (2014), a nossa sociedade vive a partir de uma base heteronormativa cuja relação normativa entre a sexualidade e o gênero desaprova quando um menino se comporta de maneira “inesperada”, aproximando-se da fronteira do feminino. A sociedade o discrimina, e esse sujeito torna-se o diferente por não estar seguindo as normas preestabelecidas e sofre as punições reservadas para quem difere da norma. Geralmente, na Educação Básica, são mais aceitáveis os afetos trocados entre meninas e, não, entre meninos. A hegemonia da masculinidade e a vigilância desse processo foram ressaltadas por Junqueira (2013, p. 488) ao dizer que “seria necessário perceber que não apenas os (as) alunos (as) que vigiam cada garoto ‘afeminado’, mas sim a instituição inteira, estabelecendo assim uma cultura de vigilância dos comportamentos dos alunos, assim como o próprio controle”.

Além dessa cultura da vigilância em contexto escolar, também nos deparamos com a cultura da invisibilidade, como podemos ver no relato a seguir:

Em um momento do lanche, ouviu outro coleguinha chamar o menino de ‘aquele gayzinho’ e que já viu professores se posicionando quanto ao ocorrido como algo que não mereça preocupação, como: ‘eu vou me preocupar com isso? Já vou me aposentar, não quero mais ficar me preocupando com isso’ (Diário de Campo N°04).

Essa invisibilidade é corroborada por movimentos conservadores do cenário político atual com a intensa mobilização de campanhas, projetos contra a temática da diversidade sexual e de gênero nas escolas. Disso, resulta, por um lado, a naturalização de atos sutis de violência, os quais, muitas vezes, nem

² Sigla que inclui pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, Queer e Intersexuais, e o + visa incluir qualquer identidade de gênero e orientação sexual que não se submeta aos padrões cis-heteronormativos (FERREIRA; DIAS, 2019).

são definidos como tal e, por outro, a insegurança em falar de temas que são “proibidos” na escola por serem associados a responsabilidades de ordem privada. Essa situação tem fortalecido o que Junqueira (2013) denomina como “Pedagogia do Armário”, em que a invisibilidade, a vigilância e a heteronormatividade como padrão promovem o processo de ocultação e regulamentação da vida social de pessoas que mantêm relações sexuais e afetivas com outras do mesmo gênero.

A ausência de debates e preparo na formação das/os educadoras/es com base em conhecimentos de pesquisas acadêmicas e de especialistas na área, tem provocado um equívoco sobre a construção da identidade de gênero e sexualidade que pode ser visualizado na pesquisa de Mezzalira *et al.* (2020) e no relato a seguir: “na escola, tem muito menino encubado, não se mostra, são tudo gay encubado. Já dá pra perceber alguns trejeitos, eles estão tipo assim... no armário” (Diário de Campo N°04).

A utilização dos termos como “encubados” e/ou “armário” revela o desconhecimento, o despreparo e a dessensibilização da professora ao identificar o outro como gay e, ao mesmo tempo, esperar uma autorrevelação mesmo que a pessoa apontada pela professora não se identifique como homossexual. Isso se configura como violência pelo fato de que quando se constrói o estereótipo de masculinidade ou de feminilidade e, conseqüentemente, do que é ou não ser gay, cabe ao “outro” determinar a identidade de gênero de uma pessoa e, não, a ela mesma se autodeterminar. Então, mesmo que não se identifique como gay, o sujeito vai sofrer as conseqüências de uma identidade que não foi idealizada por ele, mas por um “outro”, a qual vem carregada de preconceitos, estereótipos e exclusão.

Para Sedgwick (2007) o uso do “armário” para descrever a espera de uma autorrevelação homossexual (voluntária ou involuntária) tem marcado violentamente o cotidiano das vidas de LGBTQI+ no último século. Para a referida autora, essas pessoas vivem diariamente novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição em alguns ou em todos os segmentos de sua vida social. Por conta dessa vivência de desrespeito e exclusão, Neves e Silva (2017) argumentam sobre a necessidade de formação inicial e continuada de professores ao que se refere à atuação desses profissionais como mediadores do processo de igualdade de direitos, reflexões críticas e subsídios para o seu fazer cotidiano. Os professores precisam reconhecer a necessidade de superar discursos e ações discriminatórias, ambos baseados no conservadorismo religioso e político.

Observamos que a forma como o tema da homossexualidade é trabalhado na escola — a partir de um modelo normalizador e normalizante — pode estabelecer relações desrespeitosas e agressivas com todos os envolvidos no contexto escolar: “Uma professora tratou mal um aluno porque é homossexual, e a mãe foi tirar satisfação e acabou agredindo fisicamente a professora. A mãe não devia ter agredido a professora... mas a professora estava errada” (Diário de Campo N°05).

A falta de acolhimento e respeito sobre a população LGBTQI+ e de debates sobre a marginalização provocada pela ótica heteronormativa resulta em violência tanto para quem agride quanto para quem é agredido, paradoxalmente, como forma de justiça e de busca pelo respeito e pelos direitos civis e sociais. Por isso, para Louro (2016), o não cumprimento das regras heterossexuais acarreta diversas conseqüências de humilhação e exclusão, como “piadas, gozações, apelidos e gestos” que podem ser expressas por palavras pejorativas como “traveção” no relato de uma professora: “Sim. Ele já saiu da escola, era um ‘traveção’, sabe? Cercaram ele depois do trabalho e foram pra cima, pra bater. Nós chegamos a tempo, ameacei chamar a polícia, mas ele saiu da escola e agora se prostitui” (Diário de Campo N°25).

No discurso da professora, podemos observar a sua preocupação em proteger o aluno, mas o uso da palavra “traveção” também evidencia o seu posicionamento como uma pessoa que também não reconhece o próprio desrespeito e a própria falta de acolhimento. De sua fala, emergem questões bastante complexas acerca da compreensão que a sociedade, em geral, possui sobre a identidade da travesti. Bohm (2009) explicou que os “diferentes” no contexto escolar são tratados como “monstros”. Segundo a autora, a escola não é organizada e estruturada para travestis ou para qualquer outro “monstro” que fuja às normas socialmente estabelecidas. As possíveis diferenças entre os sujeitos são vistas como uma agressão aos padrões heteronormativos, permitindo, dessa forma, que os sujeitos ditos ‘normais’ se sintam no direito de agredir, ofender e humilhar.

A escola como lócus da reprodução de preconceito e discriminação deveria ser um espaço de acolhimento, principalmente, para as travestis e mulheres transexuais. Por terem um histórico de exclusão familiar, muitas dificilmente chegam a frequentar a escola, e quando são incluídas nesses espaços, não vivenciam situações positivas para a sua vida (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015). Os estigmas que a população LGBTQI+ carrega impulsionam uma situação de vulnerabilidade que acarreta o sentimento de não pertencimento ao contexto escolar. Esses alunos sentem-se como estranhos e, dificilmente, terminam o seu processo de escolarização. A negação cotidiana de seus direitos a uma educação de qualidade tem sido um impedimento para vivenciarem o processo do aprender de forma plena e emancipadora.

Os atos homofóbicos não são vivenciados apenas por alunos, professores e professoras, pois outros profissionais da educação também travam lutas diárias de respeito e valorização, seja dos colegas de trabalho, alunos, pais ou responsáveis. O relato a seguir de um dos professores demonstra a preocupação mediante a LGBTQI+fobia³ em rodas de conversas entre as/os professoras/es e a equipe de psicologia: “Sou assumidamente gay e, às vezes, fico pensando nas respostas que eu daria se algo do tipo acontecesse comigo, mas nunca tive problema” (Diário de Campo N°13).

Ao dialogarmos com as/os professoras/es a respeito da realidade de intensa violência sofrida pela população LGBTQI+, esse professor mencionou não ter experimentado tais ações e atribui isso às características pessoais, como: “Acredito que nunca ocorreu porque eu tenho conhecimento sobre meus direitos, eu sei me comportar” (Diário de Campo N°13). Padrões de comportamento socialmente aceitáveis minimizam a possibilidade da violação de seus direitos. Ao mesmo tempo em que o professor usa o conhecimento como instrumento para a efetivação dos seus direitos, também tende a se resguardar para não ser responsabilizado por possíveis violências. Exemplos desse movimento podem ser encontrados em pesquisas como a de Molina e Figueiró (2012), em que professores relataram experiências do dia a dia na comunidade escolar, entre elas: (a) o receio a ações discriminatórias, muitas vezes, concretizadas; (b) o medo da exposição de suas vidas particulares diante de pais e colegas; (c) o não reconhecimento/admissão/confissão da homossexualidade no ambiente de trabalho; e (d) certa sobreposição das exigências pedagógicas em sala de aula aos atributos pessoais, ou seja, prioriza-se a padronização prezada pelas instituições de ensino. “Saber se comportar”, no entanto, representa uma forma de ajustamento a um contexto heteronormativo.

Em outro momento de discussão, o professor nos contou sobre sua experiência em outra escola, a qual precisava reduzir seu quadro de professores rapidamente. Havia queixas de pais a respeito da sua orientação sexual, mas o dono da escola o chamou e disse “Você ficou pela sua competência” (Diário de Campo N°13). Esse dizer foi muito significativo para o professor que o recordou com emoção e disse ainda que, naquele dia, pela primeira vez, teve uma conversa com outro professor homossexual sobre o assunto. O cotidiano revela muitos desafios aos professores LGBTQI+, pois são diversas e peculiares as maneiras e tentativas de silenciar, excluir, desqualificar. Na contramão do silenciamento, o diálogo nasce como fortalecimento.

A invisibilidade dos/as professores/as homossexuais no espaço escolar é comum. Ribeiro, Soares e Fernandes (2009) explicam que uma vez que, nesse espaço, as reações seguem o referencial da hegemonia heterossexual, esta ganha força nos discursos, comportamentos e também na manutenção de mitos e tabus sobre homossexualidade. Toledo (2018) ao dialogar com professoras/es homossexuais atuantes na Educação Básica – problematizando a homofobia e o heterossexismo na instituição escolar – constatou nos relatos a existência tanto de cenários de violência quanto de enfrentamento a essas situações. Esse enfrentamento das violências colocava-se como possibilidade de diminuição de desigualdades de direito e de exclusão social.

De acordo com Toledo (2018), três características corroboram para o processo de enfrentamento à homofobia nos espaços escolares: (a) construir redes de apoio, principalmente, com a família e com os

³ Neste artigo, utilizamos a sigla LGBTQIA+ em razão da necessidade de se dialogar com os movimentos sociais nacionais e internacionais na atualidade que utilizam esta sigla para identificar tipificações de discriminação, preconceito e violência contra identidades de gênero e orientações sexuais discidentes, considerando que a sigla LGBT não mais consegue expressar a diversidade de autoidentificações legitimadas por estes movimentos.

colegas de trabalho; (b) buscar uma “formação inicial”, a fim de se apropriar de conhecimentos sobre a temática para possíveis discussões e problematizações no contexto escolar; e (c) participar ativamente dos processos e dos movimentos que buscam pela garantia dos direitos de alunos e profissionais LGBTQI+ no contexto escolar e em outros espaços públicos.

Na pesquisa de França e Ferrari (2016), as narrativas do cotidiano de professores homossexuais desvelam a identidade desses profissionais a partir de construções e desconstruções de si mesmos como pessoas e profissionais. Essa identidade ainda é pautada em padrões hegemônicos de sexualidade e de ser professor/a, e o espaço escolar é rígido, com muitos desafios a enfrentar, como a invisibilidade, o conservadorismo religioso e político e a LGBTQI+fobia. As/Os educadoras/es, no entanto, buscam dignidade e respeito às diversidades mesmo em meio às contradições sociais e culturais. É, pois, na articulação conjunta, interdisciplinar, crítica e contextualizada do processo educativo que os direitos são efetivados no cotidiano, tanto de alunos como de profissionais LGBTQI+.

4. Considerações Finais

De modo geral, os resultados revelaram situações cotidianas de exclusão, violência e discriminação sofridas pela população LGBTQI+. Apesar de a escola se referir de forma recorrente à importância da inclusão social, ainda não consegue debater e garantir os direitos de todas as pessoas que compõem o espaço escolar. É fato que, nessa primeira etapa de atividades na escola, um dos nossos interesses era o de identificarmos situações de LGBTQI+fobia. Mediante o contato sistemático nesse contexto e as conversas com as/os professoras/es, pudemos compreender o porquê de a evasão escolar ser um dos elementos presentes na trajetória escolar da população LGBTQI+, mas, também, nos foi denunciado um contínuo processo de desigualdades e violências.

Diante disso, a equipe de psicologia dialogou com as/os professoras/es sobre a ideologia heteronormativa que os afetam tanto no âmbito pessoal quanto profissional e, portanto, no cotidiano escolar. Observamos, assim, que a concepção sobre o que é ser masculino e feminino acaba orientando o modo de agir e interagir dentro e fora da escola. Vale destacar, segundo Cannone (2019) que a psicologia deve sempre considerar o sujeito em sua integralidade e, portanto, não deve se restringir em suas ações aos aspectos da orientação sexual ou identidade de gênero sem direcionar os debates à análise do sofrimento psíquico que essa população vivencia dentro de um sistema de opressão que restringi seu corpo, sua forma de viver e de se comportar.

Tornar-se importante, portanto, que os profissionais da educação, dentre eles o psicólogo escolar, desenvolvam nos espaços escolares debates de temas ligados tanto a diversidade sexual e de gênero quanto aos direitos humanos e os impactos da normalização vigente acerca da sexualidade e gênero que possam causar sofrimento psíquico na população LGBTQI+. Como bem explicam, Picchetti e Seffner (2017), ainda que a sociedade em alguns momentos reconheça a identidade da população LGBTQI+, esse reconhecimento é seguido pela exigência de acatar as regras sociais de como devem se comportar, se vestir, se expressar e se relacionar.

Compreendemos, portanto, que uma sociedade heteronormativa constrói-se a partir de percepções e valores compartilhados coletivamente e transmitidos de geração a geração, ainda que não seja de maneira uniforme e estagnada. Todos os dias, por exemplo, somos lembrados e ensinados sobre o que é feminino e masculino, principalmente, em nossos grupos sociais, como aqueles da família, escola, comunidade e redes sociais. Cada pessoa, entretanto, estabelece uma relação própria com as culturas e, embora viva e cresça imersa em determinada sociedade, pode desenvolver uma relação particular sobre ser homem e ser mulher a partir de suas vivências. Dessa maneira, as pessoas podem ser levadas a tomar decisões a partir daquilo que é estabelecido culturalmente como padrão.

Nesse caso, pode ocorrer a não aceitação do outro considerado diferente – renegando a sua existência – e, em situações extremas, pode haver a agressão física sobre aqueles que não se enquadram no ideal heteronormativo. Vale destacar que, apesar dessa influência cultural, as pessoas não são “vítimas” da cultura, mas capazes de modificá-la por meio de diálogos significativos que as façam refletir sobre as diversas formas de padronizações e/ou papéis sociais dos quais fazem parte.

Dessa forma, entendemos que dialogar sobre diversidade sexual e de gênero no espaço escolar abre um leque de possibilidades para docentes e discentes refletirem sobre as formas de pensar e agir que têm sido firmadas no dia a dia no contexto escolar. Para isso, perguntamos: são possíveis as interfaces entre educação formal, educação em direitos humanos e psicologia? Acreditamos que sim, pois o profissional da educação torna-se um grande aliado na construção de cidadãos críticos ao entender que o educar está além dos conteúdos formais e que é imprescindível problematizar os mais diversos temas inseridos no cotidiano dos alunos e da sociedade.

O engajamento dos profissionais da educação, especialmente, as/os professoras/es que estão imersas/os nos desafios diários da escola pública por meio do protagonismo coletivo e da compreensão da diversidade de perspectivas culturais e de desenvolvimento humano, ocorre crítica e continuamente por meio de diálogo, mediação de conflitos, avaliação da laicidade do Estado e das políticas educacionais. Por fim, podemos enfatizar que o direito de se desenvolver e aprender em um ambiente saudável, respeitoso e acolhedor deve ser assegurado a todos os sujeitos.

Referências

- BASSALO, L. M. B.; W. WELLER. Igualdade de direitos ou heteronormatividade? Professores e professoras diante da homossexualidade. **Práxis Educativa**, Paraná, v. 15, p. 1-18, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.14305.021.
- BOHM, A. M. **Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CANNONE, L. A. R. Historicizando a transexualidade em direção a uma psicologia comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n.spe 3, p. 21-34, 2019. DOI 10.1590/1982-3703003228487.
- FERRARI, A.; CASTRO, R. P. Pensando a diversidade sexual na escola. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 4, p. 20-26, 2004.
- FERREIRA, D. N.; DIAS, K. A. N.. Time for Inclusive Education versus Escola sem Homofobia: uma análise dos programas acerca do incentivo à inclusão e não discriminação de pessoas LGBTQI+ no Brasil e na Escócia. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 10, n. 2, p. 94-113, 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.
- FRANÇA, F. G. R.; FERRARI, A. Mais do que professores/as, professores/as homossexuais na escola. **Revista Tempos e Espaço em Educação**, Sergipe, v. 9, n. 20, p. 41-52, 2016. DOI 10.20952/revtee.v9i20.5894.
- JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.) **Diversidade sexual na educação: problematizando sobre homofobia nas escolas**. Brasília, Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 13-52. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.
- JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: a normativa em ação. **Revista retratos da escola**, v. 7, n. 13, p. 481- 498, 2013. DOI 10.22420/rde.v7i13.320.
- LOURO, G. L. A emergência do “gênero”. In: LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 14-36.
- LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 9-34.
- LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.) **Diversidade sexual na educação: problematizando sobre homofobia nas escolas**. Brasília, Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 85-93. Disponível em:

- http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.
- MEZZALIRA, A. S. C. *et al.* A psicologia escolar como agente da formação continuada de docentes sobre diversidade sexual e de gênero. In: MARINHO-ARAÚJO, C. M.; TEIXEIRA, A. M. B. (org.) **Práticas exitosas em psicologia escolar crítica** (Vol. 1). Campinas: Alínea, 2020, p. 73-88.
- MEYER, D. E. E.; PETRY, A. R. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7375/6434>. Acesso em: 18 maio 2021.
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- MOLINA, L.; FIGUEIRÓ, M. N. D. Professores homossexuais: suas vivências frente à comunidade escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 58-77, 2012. DOI 10.21723/riaee.v7i2.5392.
- NEVES, A. L. M.; SILVA, I. R. Significações do protagonismo dos/as professores/as na igualdade de direitos à população lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). **INTERthesis**, Santa Catarina, v. 14, p. 93-112, 2017. DOI 10.5007/1807-1384.2017v14n2p93.
- PAULA, L. C. Contribuições da dialogicidade em Paulo Freire às pesquisas e propostas sobre formação de educadores. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 30, p. 57-73, 2017.
- PICCHETTI, Y. P.; SEFFNER, F. Em gênero e sexualidade aprende-se pela repetição com diferenças: cenas escolares. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 23, n. 52, p. 717-737, 2017. DOI 10.26512/lc.v23i52.23614.
- RIBEIRO, P. R. C.; SOARES, G. F.; FERNANDES, F. B. M. A ambientalização de professores e professoras homossexuais no espaço escolar. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizando sobre homofobia nas escolas**. Brasília, Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 183-212. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.
- SEDGWICK, E. K. Epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 19 – 54, 2007. DOI 10.1590/S0104-83332007000100003.
- SILVA, F. A. R.; CHAGAS, T. K. E.; SILVA, R. C. C. Narrativas de professores homossexuais na docência e no cotidiano escolar. In: V Encontro de pesquisa educacional em Pernambuco, 5, 2014, Recife. **Anais [...]**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), 2014.
- SILVA, R. G. L. B.; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista Terapia Ocupacional Universidade São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 364-372, 2015. DOI 10.11606/issn.2238-6149.v26i3p364-372.
- SOARES, J. L. M.; VERÍSSIMO, L. J. A formação do aluno na graduação em psicologia pela pedagogia de Paulo Freire. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 588-603, 2010. DOI 10.1590/S1414-98932010000300011.
- TOLEDO, R. **Homofobia e heterossexismo na escola: um estudo sobre significações de professores gays que atuam na educação básica**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.
- WARNER, M. (editor) **Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1993.

Recebido em: 21/06/2022

Aceito em: 15/03/2023

Endereço para correspondência

Nome: Adinete Sousa da Costa Mezzalira

E-mail: adinetecosta@hotmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)